

## É POSSÍVEL REIVINDICAR UMA CARTOGRAFIA DECOLONIAL?

*IS IT POSSIBLE TO REVEAL A DECOLONIAL CARTOGRAPHY?*

Sérgio Leandro Souza Neves<sup>1</sup>  
Lisa Vany Ribeiro Figueiredo Neves<sup>2</sup>  
Lilian Maria dos Santos<sup>3</sup>  
Lavínia Ribeiro Figueiredo<sup>4</sup>

**Resumo:** A Cartografia Decolonial pode ser entendida como a vertente cartográfica que tem como característica marcante a referência sociocultural como ponto de partida e, logo o empoderamento dos sujeitos envolvidos. Tem como pressupostos, devido aos estudos decoloniais, o rompimento das amarras e epistemologias ocidentais da cartografia tradicional hegemônica, pareando com o discurso da Cartografia Social. A Cartografia Decolonial, nesse sentido, reivindica sua própria epistemologia, tendo como prioridade a significação cartográfica nativa, fornecendo subsídios que, por exemplo, darão visibilidade/representatividade e 'voz' a povos e comunidades tradicionais. Este artigo objetiva, de maneira holística, refletir sobre as possibilidades de uma Cartografia Decolonial como ferramenta metodológica. Os procedimentos de pesquisa adotados apoiaram-se em revisão bibliográfica à luz dos principais teóricos que tratam da temática decolonial, da Cartografia Social e comunidades tradicionais. Os resultados das reflexões apontam a Cartografia Decolonial como elemento integrador importante nos processos teóricos metodológicos para os estudos em decolonização na América Latina. Esta cartografia balizada pela Nova Cartografia Social, pode contribuir sistematicamente como ferramenta teórico metodológica, bem como (re)definir epistemologias para as vertentes da Cartografia que sejam capazes de romper ou adaptar as distintas realidades, prioridades e expectativas locais, seus métodos e técnicas, até então, essencialmente eurocêntricos, deixando aberta a discussão, o artigo instiga futuras reflexões acerca das variáveis desta temática.

**Palavras-chave:** Cartografia Decolonial. Cartografia Social. Decolonialidade.

## INTRODUÇÃO

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS. Professor no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. IFNMG – Campus Januária. E-mail: sergio91330033@gmail.com.

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. E-mail: lisavany@gmail.com.

<sup>3</sup> Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS. Bolsista Fapemig. E-mail: lilianmsantos@yahoo.com.br.

<sup>4</sup> Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. E-mail: laviniamoc2010@hotmail.com

Após meados do século XX, profundas mudanças de ordem econômica, social e política, sinalizaram uma nova geopolítica mundial, em parte isso ocorreu como reflexo da segunda guerra mundial que redirecionou os eixos de poder e fez emergir novas potências mundiais, inaugurando um período conhecido como guerra fria. Consoante a esse período há uma eclosão de independências das colônias européias, especialmente as localizadas no continente africano, e o surgimento de um novo imperialismo na América Latina, sob controle dos Estados Unidos.

Essas transformações não ficaram apenas no plano geopolítico, elas se fizeram também nas ciências, o que resultou em novas reflexões teóricas em diferentes campos, a exemplo, mudanças nas correntes do pensamento geográfico, onde, lentamente, o paradigma positivista foi dando lugar ao pensamento fenomenológico. Neste contexto abre-se caminho para as discussões de um novo aporte teórico denominado pós-colonialismo, que tiveram grande repercussão nos países subdesenvolvidos, *locus* da sua criação.

Essas emergentes teorias se desdobraram, permitindo o surgimento de outras que, durante o desenrolar do processo científico-histórico, emergiram novos conceitos como o de decolonialidade e cartografia social. Partindo dessa premissa, o presente artigo objetiva refletir sobre as possibilidades de teorização de uma Cartografia Decolonial como ferramenta metodológica. Os procedimentos de pesquisa adotados apoiaram-se em revisão bibliográfica à luz dos principais teóricos que tratam da temática decolonial, das cartografias sociais e comunidades tradicionais, para isso é salutar apresentar, mesmo que brevemente, o que vem a ser, colonialismo, pós-colonialismo, decolonialidade, cartografia tradicional e cartografia social, através de uma perspectiva histórica e conceitual.

## **O PÓS-COLONIALISMO E A DECOLONIALIDADE**

No decorrer do século XX, especialmente a partir da segunda metade, as colônias européias localizadas nos continentes asiático e africano, passaram por profundas transformações de ordem social, política e econômica, decorrentes também das mudanças da geopolítica mundial em virtude dos acontecimentos emergentes da

segunda grande guerra, fatos esses que somaram e culminaram nos processos de independência das colônias.

Junto a essa independência, não tardou o surgimento de teorias que buscassem o rompimento com o pensamento científico da metrópole, ou seja, essa intencionalidade de mudança, que partiu da identificação da relação de disparidade entre o colonizador e o colonizado numa tentativa de denunciar as diferentes formas de dominação e opressão dos povos, o que resultou no projeto denominado de pós-colonialismo. Suas principais reflexões estavam centradas no entendimento do mundo colonizado, a partir da construção discursiva do colonizador e, de que maneira, o colonizado se constrói tendo como referência o discurso antagônico do ocidente.

Importantes pensadores dessa vertente, ou projeto, tinham em comum, o fato de serem imigrantes na Europa ou nos Estados Unidos, originários de países asiáticos, africanos e latino-americanos, cujas histórias são marcadas pelas desigualdades sociais, má distribuição de renda, dependência econômica e exploração. As temáticas tinham uma forte influência da geografia do lugar de onde eram concebidas, a exemplo a noção de orientalismo, proposta pelo palestino Edward Said que, em síntese, procurava estabelecer e institucionalizar a produção de representações sobre uma determinada região do globo que alimentava e recriava a própria produção do conhecimento crítico.

O orientalismo, na perspectiva do autor, expressava a fronteira cultural e definia as diferenças entre aqueles que são do lugar, às vezes, marcadas por estereótipos e caricaturas, em oposição daqueles de fora, numa pretensão de ser algo que vai além da síntese aglutinadora de tudo aquilo que não há pretensão de ser, mas que, de certa maneira é imposta (COSTA, 2006).

Não diferente, as ideias acima mencionadas, também são presentes nos discursos dos autores latino americanos e africanos como o argelino Franz Fanon, Aimé Césaire natural de Martinica e o tunisiano Albert Memmi, e suas respectivas críticas ao colonialismo. Mesmo que o argumento anti-colonial, não seja específico apenas para pensadores colonizados ou diaspóricos, ele foi criticado por ser entendido por outros como prerrogativa para legitimação do discurso. Não obstante, autores europeus também produziram conhecimentos e intercederam sobre o viés pós-colonial como é o caso de Jean-Paul Sartre e Boaventura de Souza Santos (BALLESTRIN, 2013).

O pós-colonialismo, mesmo não tendo uma matriz teórica comum, se apresenta como um movimento epistêmico, intelectual e político. Destarte foi fundado, na década de 1970, no sudeste asiático o Grupo de Estudos Subalternos – ‘*SubalternStudies*’, que iria influenciar nos anos seguintes a criação do ‘Grupo Latino Americano de Estudos Subalternos’ em 1993, período que a América Latina foi incluída nesse discurso. O que eles tinham em comum, além da análise crítica do processo de construção da historiografia das ex-colônias, orientada e concebida pelo viés do discurso da metrópole, era o uso em densidade de epistemologias advindas de autores europeus, o que derivou fortes críticas aos reais objetivos da proposta do pós-colonialismo.

A partir, dessa crítica ao pensamento eurocentrista, emerge a ideia da decolonialidade, que seria o rompimento com a tradição européia e ao mesmo tempo com os estudos subalternos e pós-coloniais, ou seja, uma emancipação de todos os tipos de opressão e de epistemologias ligadas ao ocidente.

Para alguns autores, em especial Mignolo (1998), os grupos subalternos latinos deveriam ter uma trajetória diferente daquela dos grupos indianos, haja vista que, a trajetória de dominação de resistência eram diferenciadas e que a história da América Latina estava sendo ocultada no debate. Outro argumento era que, as relações antagônicas entre colonizador e colonizado tinham outro elemento a ser ponderado, o imperialismo estadunidense, que em determinado momento havia sido, também, fruto de um processo de colonização (BALLESTRIN, 2013).

Na mesma perspectiva, Grosfoguel (2008, p. 70), argumenta que é preciso “transcender epistemologicamente e descolonizar”. No cerne dessas divergências teóricas, o grupo latino americano foi desfeito e deu o lugar aos membros que formariam o chamado Grupo Modernidade/Colonialidade, composto por pensadores de diferentes áreas de conhecimento como: sociologia, filosofia, semiótica, antropologia, direito e lingüística e com outras tantas nacionalidades, mas com forte presença de latino americanos.

Apesar dos conceitos criados pelo grupo terem sido desenvolvidos pelos seus autores ainda na década de 70 e 80, outras contribuições foram somadas ao processo com o amadurecimento e criação de um vocabulário específico, devido aos encontros do grupo por meio de encontros e reuniões ao longo da primeira década do século XXI.

Entre as principais ideias pode-se destacar a Colonialidade do Poder, Modernidade/Colonialidade, Geopolítica do Conhecimento e o Giro decolonial.

A colonialidade do Poder: o precursor da discussão foi Aníbal Quijano na segunda metade dos anos 80. Para esse autor, o fim do colonialismo não encerrou as relações de colonialismo, pois a dominação continuou a ocorrer nas esferas econômicas, sociais e políticas. Para Mignolo (2010), a matriz colonial é complexa e entrelaçada em diferentes níveis que se intercalam. Esses níveis poderiam ser representados pelo controle da economia; controle da autoridade; controle da natureza e dos seus recursos naturais; controle da subjetividade e controle do gênero e da sexualidade (BALLESTRIN, 2013).

Os Estados Unidos têm um papel de destaque na imposição desse processo, que pode ser entendido como “colonialidade global”, que se reproduz por meio do Fundo monetário internacional, do Banco Mundial, do Pentágono e da OTAN, o que impõe uma perpetuação do colonialismo aos países periféricos em outros patamares (GROSFOGUEL, 2008).

Modernidade/Colonialidade: para Quijano (2000), não é possível a existência da modernidade sem a colonialidade, pois elas estão intrinsecamente associadas, ela é constitutiva e não derivada da modernidade. Da mesma maneira, Dussel (2009), esclarece que a modernidade é fruto de uma invenção européia para dar validade a sua razão como sendo a única universal e possível, com o propósito de anular e negar o mundo colonial. Nesse arcabouço, a ideia de raça emerge como elemento forte de dominação, pois ela é excludente para aqueles que não são brancos. Somados a essa ideia temos, portanto, a tríade raça gênero e trabalho, instâncias pelas quais perpassam todas as formas de exploração/dominação/conflito, impostas sobre o mundo colonizado (BALLESTRIN, 2013).

Geopolítica do Conhecimento: esse conceito está associado ao racismo epistêmico. Se por um lado a colonialidade inferiorizou grupos humanos não europeus em várias esferas, sejam elas sociais, trabalho, produção cultural entre outras, foi necessário também a negação das faculdades cognitivas dos sujeitos colonizados, para que não houvessem outras epistemologias como espaço de produção do pensamento crítico e científico, pois isso só caberia à via ocidental, com seu discurso de detentora da verdade e da capacidade de acesso a universalidade (OLIVEIRA, 2016).

Giro Decolonial: de acordo com Mignolo (2003), ele é entendido como a diferença colonial, que significa pensar a partir das experiências, das margens criadas pela colonialidade na construção do mundo moderno/colonial como forma de intervenção de um novo horizonte epistemológico. As origens da ideia de decolonialidade foram postuladas por Quijano (2003), como referência a necessidade de descolonização que foi discutida também por Dussel (2000), ao propor a noção de transmodernidade, como novo projeto de libertação político, econômico, ecológico, erótico, pedagógico, religioso dentre outros, e que se relaciona com a proposta da decolonização, na medida em que, pretende romper com a lógica em que a modernidade é tida como criadora da colonialidade. A transmodernidade propicia, para o autor a “pluriversalidade como projeto universal” (BALLESTRIN, 2013; p. 128).

As propostas decolonial podem ser balizadas, sinteticamente, pelos seguintes pontos, emergentes de discussões de pensadores e apontados por Ballestrin (2013):

Dentre as contribuições consistentes do grupo, estão as tentativas de marcar: (a) narrativa original que resgata e insere a América Latina como o continente fundacional do colonialismo, e, portanto da modernidade; (b) importância da América Latina como primeiro laboratório de teste para o racismo a serviço do colonialismo; (c) o reconhecimento da diferença colonial, uma diferença mais difícil de identificação empírica na atualidade, mas que fundamenta algumas origens de outras diferenças; (d) a verificação da estrutura opressora do tripé colonialidade do poder, saber e ser como forma de denunciar e atualizar a continuidade da colonização e do imperialismo, mesmo findados os marcos históricos de ambos os processos; (e) a perspectiva colonial, que fornece novos horizontes utópicos e radicais para o pensamento da libertação humana, em diálogo com a produção de conhecimento (BALLESTRIN, 2013; p. 110).

A partir dessas perspectivas apresentadas sobre o conceito de colonialismo, pós-colonialismo e decolonialismo, faz-se importante ainda, apresentar o processo de desenvolvimento da cartografia e seus desdobramentos em diferentes vertentes e diálogos.

## **PERSPECTIVAS CARTOGRÁFICAS**

O conhecimento cartográfico não é específico e nem resultado de uma única ciência, afinal ele precede o surgimento de muitas delas, contudo sua sistematização se deu em concomitância com ciência geográfica ainda no século XIX. A cartografia teve influência direta das escolas geográficas alemã e francesa, mesmo com suas particularidades individuais, a primeira com seu escopo territorial e a segunda regional, como categorias de análise do espaço geográfico, contudo, ambas trazem consigo alguns eixos convergentes que acabaram influenciando todo o desenvolvimento da cartografia, dita tradicional, e difundida nas décadas posteriores pelos geógrafos.

Essa cartografia tradicional é fundamentada em bases matemáticas e estatísticas e no uso de equipamentos, instrumentos e técnicas que vão evoluindo ao longo do processo de desenvolvimento tecnológico. Busca a precisão das informações para construção dos mapas, cartas, para traçar territórios, regiões, distribuição de populações no espaço geográfico, seus fluxos, economia, densidade, entre inúmeras possibilidades. O mapa é, para essa cartografia, o objetivo a ser alcançado, trata-se de uma abordagem que define um modelo de como os mapas devem ser elaborados e legitimados pelos cartógrafos, que se voltam apenas a cartografar os elementos naturais ou determinadas dinâmicas, sem considerar ou aprofundar sobre os agentes sociais presentes (FITZ, 2008).

A cartografia tradicional foi incorporada ao discurso do colonizador e construída com a intencionalidade de impor sua lógica aos povos colonizados. Haja vista que, mesmo antes dos colonizadores espanhóis e portugueses chegarem oficialmente ao novo mundo, ele já estava cartografado e suas terras divididas pelo tratado de Tordesilhas no final do século XV. Da mesma maneira ocorreu com a partilha da África, resultado da Conferência de Berlim, na penúltima década do século XIX, na qual as principais potências européias dividiram territorialmente o continente africano.

As correntes do pensamento geográfico influenciavam diretamente a maneira de se produzir cartografia. Em contraposição as ideias do determinismo ambiental alemão ou do possibilismo francês, surge o paradigma do método regional, que se concentra nos estudos de áreas, apontando suas diferenças ou similaridades, e coloca a 'diferenciação' como método analítico da geografia. Essa corrente serviu para legitimar a manutenção das colônias européias na Ásia e África e, na cartografia, a diferenciação

de áreas contribuía para pontuar o diferente e colocar numa situação de superioridade, o Ocidente (CORREA, 2000).

Após a segunda guerra mundial, com os reflexos diretos do conflito bélico e a situação caótica da geopolítica mundial, surgiu uma nova corrente geográfica, a teórico-quantitativa ou Nova Geografia, que tinha como característica primordial o uso de métodos matemáticos/estatísticos com substituição da pesquisa de campo pela do laboratório. É marcadamente uma corrente excludente e pouco democrática, haja vista que, nesse período, as tecnologias começaram a permitir a captação de informações por meio de sensores, fruto dos avanços advindos da terceira revolução industrial. O auge, dessa corrente foi nas décadas de 60 e 70, período também marcado pela guerra fria e, por esse motivo, a cartografia foi alimentada por um aparato tecnológico com uso de GPS, satélites, softwares, etc., e amplamente utilizada pelos Estados Unidos para legitimar o seu expansionismo capitalista (CORREA, 2000).

Na contramão desse paradigma teórico-quantitativo, ganha conotação uma corrente influenciada pelo materialismo histórico e pela dialética marxista em oposição ao positivismo das outras escolas geográficas, a geografia crítica, com um aporte teórico que denuncia como a geografia legitimava os interesses econômicos e as classes dominantes. A geografia crítica abre, portanto, o espaço para a produção de outras cartografias, que não somente daquelas centradas no exercício de poder dos Estados.

No Brasil, a aplicação da cartografia como método/técnica não fugiu a regra, foi influenciada por esses paradigmas, mas sempre tomando como referência o discurso ocidental e, paulatinamente, foram sendo incorporadas as temáticas que envolvem as questões ambientais, humanas e sociais por influência da geografia crítica, cultural e humanística, o que acabou por imprimir um caráter social e ambientalista à cartografia.

Foi nesse período que a questão ambiental começou a ser internalizada pelos aparelhos do Estado, com a intenção de construir práticas governamentais e políticas voltadas ao “meio ambiente”. Contudo, no final dos anos 80, por influência do discurso neoliberal e pelo conturbado momento econômico vivenciado pelo país, essa “ambientalização cartográfica”, de construção de novos fenômenos, dotada de um processo de interiorização pelas pessoas, de diferentes grupos sociais e distintos discursos institucionais sobre a agenda ambiental, foi abruptamente interrompida (ACSELRAD, 2002).

Notadamente, esse período foi marcado pela abertura e avanço das novas fronteiras agrícolas, na crescente concentração do uso dos recursos hídricos nas usinas hidrelétricas, nos grandes projetos de irrigação, na territorialização de regiões ricas em minérios para grandes empresas do setor, que em conjunto contribuíram para a dilapidação de formas sociais não-capitalistas, na apropriação dos territórios e recursos, provocando uma desestabilização dos sistemas ecológicos.

A cartografia sempre esteve ao lado dos interesses dos Estados, em primeiro momento como penetração e identificação de rotas, para áreas interioranas, marcação de locais de riquezas etc.; posteriormente como delimitação e traçado dos limites do Estado; num terceiro momento como mapeamento e criação de jurisdições administrativas, com o objetivo de facilitar o controle nacional e seus domínios; por fim como zoneamento territorial para prescrever as regras de utilização destes (ACSELRAD, 2008).

Portanto não é difícil depreender que, a lógica, “de concepção industrialista de progresso” incorpora a racionalidade ecológica ao discurso de planejamento ambiental, apresentado-a como a maneira ideal para ordenar territorialmente o país. A cartografia, neste novo cenário ganha um novo instrumento, o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), que pretende homogeneizar espaços e traçar estratégias de desenvolvimento sustentável, em conformidade com as peculiaridades regionais (ACSELRAD, 2008).

No entanto, o ZEE se mostrou como ineficiente, uma vez que a metodologia adotada não deu conta de analisar os conflitos territoriais, as pluralidades e polissemias dos atores e sujeitos locais, fatores estes, impeditivos da transformação do espaço somente na via do discurso da quantificação. Essa apropriação da cartografia como modelo hegemônico de sistematizar o espaço, não considera as formas coletivas de gestão dos recursos e uso dos territórios, desestruturando as formas sociais praticadas por povos e comunidades tradicionais.

Contrários a essa cartografia tradicional e oficial do Estado, emergem modelos de cartografias, conhecidas como sociais, que pretendem representar os territórios, a partir da incorporação de conhecimentos dos diferentes interesses, dos conflitos e das historicidades dos processos sociais. A delimitação do espaço, neste contexto, não pretende ser simplesmente um meio de representação cartográfica, mas a tentativa de

compreensão dos conhecimentos associados ao seu uso e a intencionalidade política que preside a sua apropriação.

As primeiras experiências de mapeamento, ou seja, de uma cartografia social, surgiram no Canadá nos anos 60, por meio do “Projeto de Uso e Ocupação de Terras pelos Esquimós”, que derivou uma gama de mapas com traçados que remetiam a atividades sazonais e de subsistência desses povos. Ao longo das décadas seguintes esse procedimento metodológico foi ganhando adeptos e, aos poucos, as experiências foram sendo construídas sem a necessidade do ‘especialista’ em construir mapas (ACSELRAD; COLI, 2008).

Dentre as abordagens que buscam a compreensão espacial e ambiental de populações locais e as insere em modelos mais convencionais de conhecimento, podemos destacar o “mapeamento participativo”, que é um método de pesquisa participativa combinado com as tecnologias do Sistema de Informação Geográfica – SIG, que por sua vez, é utilizado pelas técnicas da cartografia social.

A Cartografia Social apresenta novos elementos de práticas cartográficas e busca construir um campo de possibilidades no qual o mapa é resultado de uma relação entre pesquisadores e sujeitos sociais, contrapondo a prática cartográfica legitimada pelas academias como oficial. A Cartografia Social envolve pesquisadores de diferentes formações e possui como elemento fundamental a participação dos agentes sociais no processo de construção dos mapas, que buscam valorizar o conhecimento tradicional, popular, cultural e simbólico.

As experiências de Cartografia Social na América Latina, por meio ou não de cooperação científica internacional, propiciaram às populações tradicionais o poder de realizar o mapeamento dos seus territórios e representação das suas identidades e conflitos existentes (ACSELRAD, 2008).

Nos últimos anos uma experiência de mapeamento participativo coordenada pelo Antropólogo Alfredo Wagner, o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia - PNCSA produziu um conjunto de ações voltadas para o mapeamento de diferentes povos e comunidades tradicionais, com o objetivo de garantir os direitos territoriais e o fortalecimento dos vínculos comunitários na resistência ao processo de expropriação de agentes hegemônicos vinculados ao capital.

No PNCSA, o mapeamento é construído por meio de oficinas que têm o propósito de discutir com os grupos e sujeitos envolvidos aspectos políticos e noções de cartografia, num processo no qual, as comunidades ou grupos se tornam atores na construção desses fascículos. O mapeamento elaborado pelas comunidades e representado no mapa chamado “situacional” diz quem eles são, onde e como vivem. O resultado esperado não é mapear os grupos, as comunidades, ou os sujeitos, mas permitir que eles próprios se mapeiem.

O mapeamento é tido como situacional, pois ele apresenta as informações cartográficas do grupo naquele determinado momento, podendo ser refeito pelos mesmos e resultar num trabalho totalmente diferente. Esse processo busca romper com a passividade e traçar diretrizes para o desenvolvimento da própria comunidade enquanto grupo, fortalecendo o elo entre os sujeitos e favorecendo a construção de uma rede, o que implica na desconstrução do cenário no qual esses indivíduos são tidos simplesmente como espectadores e participantes inertes diante de um roteiro onde eles não têm poder de influencia (DEBORD, 1997).

O PNCSA, apontada aqui, mesmo passível de crítica como procedimento metodológico, parte de um processo de construção coletiva, em que aproxima com mesmo grau de importância o pesquisador e os sujeitos sociais da pesquisa. Difere da chamada cartografia tradicional, por não se tratar de um mapeamento impositivo e da Cartografia Social porque, apesar da similaridade dos procedimentos metodológicos, apresenta um discurso que provém dos sujeitos de pesquisa, engendrado num processo de construção conjunta, onde, as decisões da comunidade são determinantes para a elaboração dos mapas, com um papel imprescindível na coleta dos dados georreferenciados e da sua centralidade política. A operacionalização dessa vertente, Nova Cartografia Social, pretende transformar os sujeitos comunitários em atores do seu processo de auto-mapeamento, podendo contribuir para que os conhecimentos cartográficos que antes pertenciam aos especialistas se tornem parte do conhecimento dos envolvidos. Talvez nessa perspectiva tenhamos o que mais se aproxima da proposta de uma cartografia decolonial (ALMEIDA, 1994).

A Cartografia Decolonial pode ser entendida como a vertente cartográfica que teria como característica marcante o seu caráter popular e de empoderamento dos sujeitos envolvidos, tendo como pressupostos o rompimento das amarras e

epistemologias ocidentais da cartografia tradicional, pode-se entender que o objetivo desta cartografia é criar sua própria epistemologia, a partir do conhecimento tradicional dos povos e comunidades tradicionais. Em síntese, o que a tornaria diferente das cartografias sociais, seria o fato de se distanciar das possibilidades de sua utilização por grupos hegemônicos que apropriaram da cartografia social para mapear povos e comunidades com objetivos divergentes dos interesses desses grupos. A partir dessa percepção, de ingerências dos grupos hegemônicos, o PNCSA buscou dar visibilidade aos povos e comunidades por meio do seu automapeamento, permitindo que se tornem atores no processo de produção dos mapas. Mas nesse sentido o que apresentaria de novidade a cartografia decolonial? Buscaria avançar na realização da produção de mapeamentos com um caráter de extensão universitária, dando suporte às comunidades para a sua visibilidade com pretensões de uma produção cartográfica sob uma pesquisa-ação, a qual mescla a pesquisa e a extensão. Desta forma o mapeamento não seria um ‘produto fim’, o seu processo de produção seria o objeto central dessa cartografia, pois é nele que estão presentes os enigmas a serem compreendidos e desvendados, assim como as possibilidades de direcionamentos e desdobramentos.

Mas, de que maneira, seria possível romper com a lógica das cartografias tradicionais e mesmo das cartografias sociais, sem o abandono do aparato de códigos, tecnologias e ferramentas, oriundas do pensamento ocidental? Até que ponto o enraizamento dessas ideias podem ser excluídas e recriadas como outras formas de cartografar? Uma nova proposta epistemológica, uma Cartografia Decolonial, dá poder as comunidades gestoras do processo? A Cartografia Decolonial já vem sendo construída no Norte de Minas através de ações/projetos implementados por ONG’s, instituições/Universidades, que precedem ao PNCSA? Essas questões se apresentam de forma promissora para agendas de pesquisa e discussões teóricas futuras que poderão fornecer estruturas para aplicar uma cartografia decolonial como instrumento metodológico, dando representatividade/visibilidade e também dando voz a grupos sociais e povos diversos desconsiderados, até então, a partir de suas visões numa perspectiva de “dentro para fora”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Cartografia Social se constrói em um momento em que a Geografia era marcadamente influenciada pela corrente teórico-quantitativa, que se alimentava de um arsenal de novas tecnologias e fortaleciam o expansionismo dos países ocidentais capitalistas. Contrapor essa lógica e dar voz aos oprimidos, as populações tradicionais, aos povos excluídos foi o percurso da cartografia social, até o momento que foi incorporada por agentes hegemônicos em seu processo de construção de mapas.

A utilização da Cartografia Social por grupos hegemônicos fez emergir críticas e favorecer o surgimento de outra vertente cartográfica, que foi a Nova Cartografia Social. Esta se legitima e produz uma cartografia que de fato procura incorporar e dotar de conhecimento os sujeitos sociais, no entanto essa vertente cartográfica também não conseguiu se livrar das amarras e epistemologias ocidentais. Por mais que o processo de produção tenha uma autonomia dos sujeitos ele ainda é dependente dos códigos, ferramentas e tecnologias da cartografia tradicional ocidental.

Talvez, apenas uma Cartografia Decolonial possa promover essas mudanças e rupturas, empregando de fato o conhecimento local, nativo, tradicional como base de sua fundamentação teórica, com avanços num modelo específico de cartografia que empregue ao mesmo tempo a pesquisa e a extensão universitária.

Este artigo, porém, não tem a pretensão de encerrar as reflexões em torno das possibilidades da cartografia, num viés decolonial, de ser empregada como instrumento metodológico. Trata-se, portanto, de um convite para um aprofundamento teórico e empírico, considerando que apontam para um campo a ser compreendido dentro das especificidades socioregionais.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H; COLI, L.R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, H. et al. (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional, 2008, p. 13-43.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Carajás: Guerra dos Mapas. Belém: Editora Falangola, 1994.

BALLESTRIN, L.. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília, N. 11, 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. 5ª edição. Bertrand: Rio de Janeiro, 2003.

COSTA, Sérgio. Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo e cosmopolismo. Belo Horizonte: Editora UFMG.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Prefácio à 4ª edição italiana de *A sociedade do espetáculo*. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUSSEL, Enrique. “Europa, modernidad y eurocentrismo”, in. LANDER, Edgardo (coord.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciências sociales, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clasco, 2000.

GROSFUGUEL, Ramón (coords). “para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais; transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115-147; 2008.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid; Akal. 2003.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. O que é uma educação decolonial. *Nuevamérica* (Buenos Aires), v. 149, p. 35-39, 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad Del poder y clasificación social. *Journof world-system research*, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000.